



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



VETO TOTAL 34/2019
AO PROJETO DE LEI Nº 53/2019

Veto total ao Projeto de Lei nº 53/2019, que institui a exigência de “ficha limpa” para nomeação nos cargos comissionados existentes nos órgãos do Poder Executivo estadual e dá outras providências.

EXARA-SE PARECER PELA
MANUTENÇÃO DA MATÉRIA.

Veto total fundado em vício de iniciativa. Divergência jurisprudencial. Precedentes do STF que justificam o veto. Parecer pela manutenção do veto.

AUTOR(A): GOVERNADOR DO ESTADO

AUTOR(A) DO PROJETO VETADO: DEP. EDUARDO CARNEIRO

RELATOR(A): DEP. RICARDO BARBOSA

PARECER Nº 361 /2019

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Veto de nº 34/2019**, de autoria do Governador do Estado, João Azevêdo Lins Filho, ao Projeto de Lei nº 53/2019, que “institui a exigência de ‘ficha limpa’ para nomeação nos cargos comissionados existentes nos órgãos do Poder Executivo estadual, e dá outras providências”.

O Chefe do Poder Executivo Estadual, com fulcro no § 1º, do artigo 65, da Constituição Estadual, vetou totalmente o referido projeto, por considerá-lo inconstitucional.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



A matéria em epígrafe constou no expediente no dia 11 de junho de 2019, a instrução processual está em termos e a tramitação, dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II – VOTO DO RELATOR

O veto que neste momento é submetido a esta Comissão é fundado, resumidamente, em eventual vício de iniciativa por invadir o espectro de matérias cujo tratamento exige deflagração do processo legislativo pelo Chefe do Executivo Estadual.

Para embasar as suas razões, o Governador cita extensa jurisprudência que afirma que o estabelecimento de critérios para escolha de servidores não pode ser feito por lei de iniciativa parlamentar.

Pois bem, efetivamente cabe a esta Comissão, nos termos do parágrafo único do art. 227 da Resolução 1.578/2012 (Regimento Interno da ALPB), manifestar-se a respeito do veto quando o mesmo for, no todo ou em parte, fundado em inconstitucionalidade.

É bem sabido que tanto a Constituição Federal quanto a Estadual são expressas no sentido de atribuir privativamente ao Chefe do Executivo a responsabilidade para iniciar o Processo Legislativo de matérias que abordam os assuntos referentes a servidores públicos e seu regime jurídico.

Dessa maneira, subsistem os argumentos do Governador, devendo ser mantido o presente o veto.

Assim sendo, entendo pela ausência vício de iniciativa, de forma que opino pela MANUTENÇÃO do VETO 34/2019.

É o voto.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 2019.

DEP. RICARDO BARBOSA
Relator (a)



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação posiciona-se pela **MANUTENÇÃO** do Veto nº 34/2019, nos termos do voto do(a) Senhor(a) Relator(a).

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 2019.

Pollyanna Dutra
DEP. POLLYANNA DUTRA

Presidente

Apreciado pela Comissão
Data 13/08/19

P / Ricardo Barbosa
DEP. RICARDO BARBOSA

Membro

Júnior Araújo
DEP. JÚNIOR ARAÚJO

Membro

~~Voto Contrário~~
Ao Parecer do Relator
Em, *Felipe Leitaó*
DEP. FELIPE LEITAO

LIMA

DEPUTADO

Membro

DEP. TOVAR CORREIA

Membro

Edmilson Soares
DEP. EDMILSON SOARES

Membro

Voto Contrário
Ao Parecer do Relator
Em, *Camila Toscano*
DEP. CAMILA TOSCANO

DEPUTADO

Membro